REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL

Contributo para o Plano Regional para a Inclusão Social e Cidadania (PRISC)

Entidade: Grupo

Resumo/Descritor: Desagregação por localidades

Texto:

"O PRISC - PLANO REGIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL E A CIDADANIA – apresenta um conjunto de medidas gerais e em domínios identificados. A sua análise geral convida um sentido positivo, porém para haver resultados efetivos importa inovar na forma de atuar.

Os planos, mesmo que regionais, devem desagregar territorialmente com **informação dos dados existentes** e **propostas de soluções para cada um dos concelhos**. Esta desagregação permitira uma intervenção mais localizada e focalizada para melhor gestão de recursos.

O PRISC apresenta **soluções iguais para todos os concelhos**, para todas as freguesias, e sem avaliar que necessidades existem por concelhos e que recursos por concelhos existem para uma efetiva intervenção.

Em particular, Ponta Delgada apresenta um risco de pobreza e de exclusão social evidente e que enquanto concelho que produz a maior taxa de riqueza do arquipélago não vê neste plano a **avaliação do estado atual no arquipélago**, e em particular do concelho de Ponta Delgada, desde logo **o ponto de partida em cada uma das medidas propostas para intervenção**, mas sim um conjunto de medidas genéricas, **sem valor de investimento total**, e **definição clara da função de cada entidade e que custo terá a implementação das medidas**, e que resultados quantificáveis se pretendem obter.

As medidas propostas deveriam mencionar em que autarquias é que se justifica a sua implementação, uma vez que os **focos e motivações da pobreza** diferem de concelho para concelho, assim como de freguesia para freguesia.

Estranha-se a **ausência de medidas no âmbito da Cidadania** para combater a abstenção eleitoral e a falta de participação cívica e política dos jovens.

É igualmente de estranhar a **ausência da área sectorial da mobilidade**, ao nível dos transportes públicos terrestres, uma vez que este meio de transporte concorre desde logo para o aumento de rendimento e da inclusão social.

Estranha-se ainda a ausência da identificação da **necessidade de soluções** para a falta de mão-de-obra na **área da construção civil**.

Não é possível apresentar contributos na especialidade face às medidas propostas sem ter conhecimento **quais os dados que justificam as medidas propostas**, qual o ponto de partida, em que territórios serão aplicadas e que custo representam.

Para combater a pobreza, é imperativo um **diagnóstico detalhado e dinâmico**, concelho a concelho, freguesia a freguesia, com propostas de soluções ao encontro das realidades familiares para **quebrar o ciclo da pobreza a médio e longo prazo**.

Por fim, segundo dados do INE (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento), a taxa de risco de pobreza após transferências sociais para agregados com crianças dependentes foi de 23,8% em 2012 e 18,9% em 2022. Ou seja, em dez anos, houve uma redução de 4,9%. O PRISC propõe reduzir a pobreza em 40% num período de cerca de quatro anos, algo que estranhamos, mas **desejamos que se concretize**."